

Tribunal de Justiça e Sejusp inauguram Apac em Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata

Centro de Reintegração Social tem capacidade para 96 recuperandos; foram investidos R\$ 550 mil na construção das instalações e R\$ 2,8 milhões devem ser liberados para custeio dos primeiros 24 meses de funcionamento 27 de Novembro de 2020 , 17:25

Atualizado em 27 de Novembro de 2020 , 17:33

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), por meio do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), inauguraram, na tarde desta sexta-feira (27/11), a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata. O Centro de Reintegração Social de Visconde do Rio Branco tem capacidade para 96 recuperandos do sexo masculino, sendo 64 do regime fechado e 32 do semiaberto.

Para a reforma do imóvel, situado em terreno de 154 mil metros quadrados, com 1.465 metros quadrados de área construída, o TJMG investiu R\$ 550 mil - dez presos trabalharam na obra. Já a Sejusp deve realizar um aporte de R\$ 2,8 milhões, com duração de 24 meses, por meio de um termo de colaboração com a nova Apac, que está na fase final de tramitação. A assinatura do termo e a previsão de publicação é para o início de dezembro. Essa verba será destinada aos custos com o funcionamento da unidade.



A Apac de Visconde do Rio Branco dispõe de 10 alojamentos e 18 banheiros. No local funcionou um albergue, e o imóvel não estava sendo utilizado. São três blocos separados, um para o regime fechado, outro para o semiaberto, e um terceiro destinado à área administrativa. Na Apac haverá ainda uma padaria, para a qual já foram adquiridos todos os equipamentos.

O secretário adjunto de Justiça e Segurança Pública, Gustavo Tostes, representando na solenidade o

secretário da pasta, General Mario Araujo, explicou que o governo tem feito investimentos na ampliação de vagas, tanto em Apacs quanto no sistema tradicional. “A abertura desta nova casa, em Visconde do Rio Branco, certamente vai propiciar ao sistema de Justiça Criminal e Execução Penal que trabalhe de uma maneira mais humanizada. Vai ajudar em uma melhor entrega para a sociedade das pessoas que passarem por esta Apac”, destacou.



Cerimônia inaugural

Participaram do evento inaugural o segundo vice-presidente do TJMG, desembargador Tiago Pinto, representando o presidente do TJMG, Gilson Soares Lemes; a juíza da Vara Criminal e de Execuções Fiscais da Comarca de Visconde do Rio Branco, Daniele Rodrigues Marota Teixeira; o coordenador-geral do Programa Novos Rumos, desembargador Antônio Armando dos Anjos; o prefeito de Visconde do Rio Branco, Iran Silva Couri; outras autoridades do Poder Judiciário; do Poder Legislativo Municipal; da Defensoria Pública; e representantes das Polícias Militar e Civil.

"Iniciaremos com um número menor de presos, incluindo os que participaram da obra, para que eles, aos poucos, assimilem a metodologia apaquiana, até chegarmos ao número máximo de recuperandos", detalhou a juíza Daniela Marota.

Para a presidente da Apac de Visconde do Rio Branco, Rosângela Barreto Reis, a inauguração significa uma conquista para o município. "A Apac, ao mesmo tempo que humaniza a pena, influenciando na vida dos recuperandos e familiares, também traz proteção para a sociedade".



Foto: Sheina Lima/TJMG

Apacs em Minas

Com o Centro de Reintegração Social de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais passa a ter 43 Apacs, sendo o Estado brasileiro com o maior número de unidades do tipo. Somente em 2020, outras quatro associações foram inauguradas, nos municípios de Itabirito e Itabira, na região Central; Manhumirim, na Zona da Mata; e Varginha, no Sul de Minas. Juntas, elas representam 306 novas vagas. A estrutura física desses quatro novos espaços foi financiada por meio de recursos oriundos do Estado e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O objetivo das Apacs é promover a humanização do tratamento penitenciário, sem perder de vista seu caráter de responsabilização penal. Para isso, o método aplicado tem como base 12 elementos fundamentais: participação da comunidade, recuperando ajudando recuperando, trabalho, religião, assistência jurídica, assistência à saúde, valorização humana, família, voluntário e sua formação, Centro de Reintegração Social, mérito e jornada de libertação com Cristo.

O modelo auxilia na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade dos regimes fechado, semiaberto e aberto. Os custodiados são, juntamente com a instituição, responsáveis pela recuperação de si mesmos e dos demais indivíduos privados de liberdade. Eles trabalham e estudam, além de passarem o dia envolvidos em atividades internas.

Para o estabelecimento dessas unidades diferenciadas, faz-se necessária a prévia filiação à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, que congrega e assessora as entidades, além da concordância às normas do estatuto, ao regimento interno e aos regulamentos aplicáveis a todo o projeto das Apacs. Outros requisitos são a análise da população prisional da Comarca e a disponibilização de um imóvel adequado para a construção dos Centros de Reintegração Social.

Fotos: Poliane Brandão (fotos 1 e 2) e Sheina Lima/TJMG (foto 3)

[Enviar para impressão](#)